

Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato¹

An undesired king: notes on the political career of D. Antônio, Prior do Crato

Jacqueline Hermann*

RESUMO

O artigo procura mapear, com base na vida e na trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato, algumas questões para o estudo da história política e cultural ibérica na virada do século XVI para o XVII. Personagem controvertido, inquieto e ambicioso, esteve envolvido diretamente na disputa sucessória que antecedeu a União Ibérica e liderou o mais forte partido contra Felipe II. Depois de se autocoroar rei de Portugal, foi perseguido pelo duque de Alba, refugiou-se em cortes europeias inimigas do soberano espanhol e morreu pobre e solitário em Paris, em 1595. A numerosa produção historiográfica já dedicada a D. Antônio, bem como a documentação já localizada e catalogada sobre sua trajetória na corte e o breve e conturbado reinado permitem novas aproximações com o tempo, os projetos, as alianças e os insucessos que conheceu, seja para uma análise macro-histórica do período, seja para o estudo do personagem em suas várias dimensões e perspectivas.

Palavras-chave: D. Antônio, Prior do Crato; história política; União Ibérica; história moderna.

ABSTRACT

The article focuses the lineage of D. Antônio, called as *Prior do Crato*, his role amidst the iberian courts and, mainly, his desire to become the king of Portugal in 1580. He was a son of D. Luís, one of the most nobleman at this time, so he was received into the courts. However, considering the successory fight in Portugal after the royal defeat in Alcacer Quibir battle, the bastard origin of D. Antônio was the major obstacle to his ambition. The portuguese nobility was profoundly divided in those years. Although fought, the *antonista* project had several followers, partly composed by those who were loyal to D. Luís, the father of D. Antônio. This group was sheltered in others european courts where they adopted and spread the so-called sebastianism. Considered part of the large bibliography related to d. Antônio and his dream, this paper tries to offer some issues to be discussed or searched on this “rejected king”.

Keywords: D. Antônio, Prior of Crato; antonism; sebastianism; Iberian Union.

* Professora Associada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Largo de São Francisco, 1, Centro. 20051-070 Rio de Janeiro – RJ – Brasil. jacquehermann@uol.com.br

... que quem me vir degradado da corte quando se tratar de tal matéria
me terá também por tão degradado da graça de V.A.:
que não ousará ninguém requerer minha justiça pelo que peço a V.A.;
me queira fazer mercê ...
me levante o degredo para ser presente como os mais pretendentes ...

*Memorial, Pero Roiz Soares*²

UM PERSONAGEM E MUITAS QUESTÕES

Segundo o autor da célebre crônica quinhentista, esse seria um trecho do apelo dirigido em fins de 1579 ao então rei de Portugal, cardeal D. Henrique, por seu sobrinho, D. Antônio, Prior do Crato. O reino vivia momento político delicado depois da derrota frente aos mouros em Alcácer Quibir, no fatídico 4 de agosto de 1578. Celibatário, o rei D. Sebastião desapareceu nas areias do Norte da África sem deixar herdeiros para o trono português, assumido pelo último filho vivo de D. Manuel, o cardeal D. Henrique. Coube a D. Henrique, eclesiástico, velho e doente, comandar período dos mais difíceis para o destino político de Portugal, tendo que se afirmar como soberano, administrar o resgate de boa parte da nobreza aprisionada no Marrocos e, o mais grave, mediar a delicada crise sucessória aberta com a iminente vacância do trono.

Foi nesse contexto que D. Antônio reclamou o fim do desterro imposto pelo tio e rei, pois, não bastassem os variados assuntos a resolver, o cardeal teve de lidar com a pretensão inusitada do sobrinho, um dos mais aguerridos candidatos à sucessão. D. Antônio pretendia superar as pretensões de seu primo e rei de Espanha, Felipe II, e da duquesa de Bragança, D. Catarina, a sobrinha preferida do cardeal. O monarca castelhano era neto de D. Manuel, por linha materna; D. Catarina também era neta do Venturoso, por linha paterna, e D. Antônio, Prior do Crato, descendente como os outros da Casa de Avis, único varão de ascendência masculina, o que poderia ser uma vantagem sobre os demais, não fosse ele filho ilegítimo do já falecido Infante D. Luís.³

A audaciosa candidatura de D. Antônio, a insistência para ser reconhecido e os meios empregados para fazer valer seus possíveis direitos provocou a ira e a resistência implacável do cardeal, que o proibiu de voltar a Lisboa enquanto a questão não estivesse resolvida. Mas a disputa sucessória e o rompimento do cardeal com D. Antônio não resultaram apenas do calor da polêmica provocada pela incerteza quanto ao futuro ou da impertinente ambição do

sobrinho. Desde pelo menos meados da década de 1560 os desentendimentos com o Prior do Crato foram crescentes, passando por temas variados que incluíram desde a resistência de D. Antônio à vida religiosa, determinada por vontade do pai, até o acúmulo de dívidas ou a vida desregrada e licenciosa que envergonhava a família real.

Além de desafiar o tio e comandar um partido contra Felipe II, ousando enfrentá-lo com armas, gravitaram em torno de D. Antônio homens que viam a se tornar sebastianistas, a exemplo de D. João de Castro, e religiosos envolvidos nas fábulas dos falsos D. Sebastião, como frei Miguel dos Santos. Seus seguidores, servidores e filhos espalharam-se por cortes europeias inimigas dos espanhóis e pelo menos um deles, Diogo Botelho, teria chegado ao Brasil, onde exerceu cargo de governador entre 1602 e 1607.⁴

A vida rocambolesca, a trajetória e as ambições políticas, os projetos e o grande número de seguidores que conseguiu reunir em torno da resistência fracassada frente ao rei castelhano, bem como os desdobramentos que a aventura antonista conheceu, mesmo depois da morte do Prior do Crato, em 1595, fazem de D. Antônio uma figura singular de seu tempo. Este texto pretende esboçar, com base em alguns pontos da trajetória de D. Antônio, um breve quadro da história política e cultural ibérica da época Moderna, irradiado das relações, tensões e problemas enfrentados pelo Prior do Crato a partir da década de 1560.

UM BASTARDO NA CORTE

Nascido em 1531, filho do solteiro Infante D. Luís de Avis e de Violante Gomes, uma cristã nova, D. Antônio foi criado junto ao pai e desde jovem destinado ao sacerdócio. Começou seus estudos no Mosteiro da Costa da Ordem de São Jerônimo, na vila de Guimarães, e de lá seguiu para o Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde recebeu o grau de Mestre em Artes. Em Évora estudou Teologia sob a orientação de frei Bartolomeu dos Mártires,⁵ que o acolheu a pedido do cardeal.⁶ Com a morte do pai, em 1555, herdou o priorado do Crato, mas se recusou a receber ordem de presbítero, raiz provável das primeiras desavenças com o tio cardeal. Aqui cabe um parêntese sobre um aspecto a ser esclarecido: apesar de único filho, D. Antônio teria aberto mão de parte da herança em benefício da Coroa e “a troco de prometidas recompensas que nunca lhe deram”,⁷ além de partilhar com D. Duarte, seu primo,

parte considerável da herança do pai. Para entender esse percurso final da vontade de D. Luís seria necessário conhecer melhor o funcionamento de sua Casa e da importância dela na configuração política da dinastia dos Avis na primeira metade do século XVI. D. Luís, conde de Beja desde 1527, foi Condestável do reino – posto militar de maior graduação depois do rei –, senhor de vasta propriedade em Portugal e da cidade africana de Ceuta, além de administrador do Priorado do Crato.⁸ D. Antônio foi herdeiro do priorado, o que lhe valeu renda fixa e considerável, mas sempre insuficiente para seus gastos e projetos. O que vale deixar registrado é a eventual relação entre os limites da herança recebida e os direitos que passou a pleitear junto à corte, desde a morte do pai. Todos os indicadores de insubordinação ou desregramento de D. Antônio, à exceção da resistência à vida religiosa – ao que parece, posterior à morte do pai, em 1555 –, são da década de 1560, o que nos permite levantar a hipótese de que o Prior se entendesse credor de mercês, favores e privilégios iguais ou maiores que aqueles destinados aos grandes do reino.

Como tudo que se refere à história de D. Antônio, a passagem de um tempo de acolhimento e adequação ao comportamento de filho da nobreza para outro de insolência e insubordinação é controversa. Isto porque o que há disponível sobre o personagem, no conjunto, oscila do elogio explícito à crítica mais severa. Depois de ser criado como fidalgo, frequentando colégios que o acolheram por interferência do pai e, em alguns casos, até mesmo do rei, seu tio, e de o vermos nas cerimônias fúnebres de D. João III, em 1557,⁹ o Prior do Crato não raro é citado como um intruso e equivocado Avis de segunda linha.

A bastardia de D. Antônio, tomada como obstáculo intransponível à candidatura de sucessor – embora não tenha sido impedimento suficiente para nomes do quilate do primeiro dos Avis, D. João I¹⁰ –, fica um tanto relativizada se observamos alguns poucos dados esparsos sobre, por exemplo, a consideração que teve de D. João III quando de sua visita ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1551: a pedido do rei, esteve com D. João e D. Catarina, que lhe deu a honra de o acompanhar até a cela, “que visitou com sinais evidentes de curiosidade e contentamento” (citado em Brandão, 1939, p.106-107). O empenho de D. Luís na corte para que recebesse educação tão esmerada quanto a de qualquer membro da família real indica que o “defeito” de nascimento não foi marca negativa desde sempre.

A partir da morte de D. Luís, em 1555, e de D. João III, em 1557, D. Antônio iniciou uma nova fase. Voltou a Lisboa com o falecimento do pai e passou a frequentar a corte nos primeiros anos do governo de D. Catarina, duran-

te a minoridade de D. Sebastião. O período de 11 anos de regência, ocupada entre 1557 e 1562 pela rainha, e entre 1562 e 1568 pelo cardeal D. Henrique,¹¹ foi de crescentes dificuldades para D. Antônio. D. Sebastião tinha apenas 3 anos de idade quando foi aclamado rei, em 1557, e a divisão da corte entre os que estiveram próximos à rainha ou ao cardeal correspondeu à maturidade de D. Antônio: feito herdeiro do priorado do Crato e fora do Colégio dos Jesuítas de Évora, passou a frequentar a estreita roda de fidalgos que gravitavam em torno do poder. Tudo parece indicar a condução desastrada dessa integração na corte, pois foi nesse período que D. Antônio passou a figurar como personalidade incômoda no paço.

Da convocação de D. Catarina no dia seguinte à morte do rei, em 1557, encontramos D. Antônio presente na cerimônia de aclamação de D. Sebastião – à qual a rainha, avó e tutora do futuro rei não compareceu¹² –, até o vermos excluído das consultas feitas pela regente quando da decisão de renunciar ao governo do reino, em fins de 1562. Mas ainda durante a regência da rainha D. Antônio reivindicou maiores benefícios e residência na corte, pedidos recusados pela rainha e pelo cardeal. Aconselhado a retirar-se de Lisboa, D. Antônio partiu para um mosteiro em Penha Longa, até ser convocado para as Cortes de 1562, nas quais se discutiu a renúncia da rainha e a sucessão da regência pelo cardeal D. Henrique. Portanto, apesar da resistência de D. Catarina e de D. Henrique, o Prior do Crato estabeleceu relações importantes na corte, o que lhe valeu a convocação junto aos grandes do reino. Esse foi mais um momento de disputa de D. Antônio com D. Duarte, filho do Infante do mesmo nome e irmão da duquesa de Bragança – a quem o cardeal apoiaria na disputa sucessória pouco tempo depois. Ao ocupar lugar inferior a D. Duarte¹³ nas Cortes, D. Antônio retirou-se para o Crato, sentindo-se ultrajado e ofendido.

Apesar disso, seu nome integrou a lista dos indicados pelas Cortes para integrar um Conselho de assessoramento ao novo regente para assuntos da mais alta relevância, como o despacho de mercês, tenças, comendas e provisões. Cabia, no entanto, ao cardeal aceitar ou não as indicações para o órgão, aprovado apenas em parte: ao instituir um Conselho de Estado, além de não considerar o número de conselheiros sugerido pelas Cortes, excluiu quatro nomes, dentre os quais os do Prior do Crato e de D. Duarte.¹⁴ D. Henrique dava mostras de que não se deixaria governar facilmente e não poupou, a partir desse momento, esforços para demonstrar publicamente seu descontentamento com D. Antônio. À recusa do recebimento dos votos de presbítero, às muitas dívidas acumuladas e às demandas impertinentes por mais recursos

e privilégios, somou-se a desobediência da ordem para que se afastasse da corte e ainda a indicação para o Conselho.

A transição da regência de D. Catarina para a de D. Henrique foi, portanto, um tempo difícil para D. Antônio. Em sete anos de vida na corte, herdeiro de uma das maiores Casas do reino – D. Luís ao morrer contava com mais de seiscentos servidores –, rendeiro do Priorado do Crato e presente aos grandes momentos do reino, D. Antônio estruturou suas alianças em momento político incerto e delicado. Para isso contou com os fiéis validos do pai, muitos deles favorecidos pelo próprio cardeal, a quem D. Luís foi sempre muito ligado. A fidelidade ao Infante foi transferida a D. Antônio, e vários nobres mantiveram-se ao lado do Prior do Crato nos momentos mais difíceis que ainda estavam por vir, a exemplo do já citado Diogo Botelho.

Essa rede de proteção a D. Antônio foi tecida durante a regência de D. Catarina, cuja renúncia em 1562 parece falar por si da gravidade política do momento. A rainha precisou se equilibrar entre os validos herdados do marido e as pressões do irmão, o imperador Carlos V, atento a cada detalhe do que se passava no reino e defensor dos direitos de seu neto castelhano, D. Carlos, à sucessão de Portugal – embora também avô de D. Sebastião, herdeiro indiscutível e ainda vivo (!) –, e administrar as disputas crescentes em torno de D. Sebastião, de quem era avó e tutora. Se a decisão de deixar a regência encontrou resistências e causou temor de instabilidade no reino, nada parece ter sido mais difícil para a rainha do que se afastar da companhia e dos cuidados com o futuro rei, “entregue” ao zelo do cardeal a partir de 15 de setembro de 1563. Desde então D. Sebastião passou a ocupar os aposentos do rei e, pela primeira vez, em nove anos, deixava de estar ao lado da avó. Esse momento de passagem foi importante também para D. Antônio, incluído entre os que assistiram à solenidade do café servido com as pompas devidas aos reis, mesmo depois de preterido pelo cardeal em seu Conselho de governo. Apesar das resistências, portanto, o Prior continuava a frequentar o paço e não poupou esforços para estar ao lado do primo e rei. Essa proximidade lhe valeria muito depois da ascensão de D. Sebastião ao governo do reino, em 1568.

Antes disso, porém, a tensão com o cardeal ainda cresceria muito. Inconformado com a recusa de seus reiterados pedidos – dentre os quais a nomeação, negada, para o arcebispado de Évora, apesar de recusar a ordenação de clérigo (!)¹⁵ –, D. Antônio foi buscar o apoio de outro primo em Castela, o rei Felipe II, na altura de março de 1565. O Prior não se dirigia a qualquer um e, fosse ou não um megalômano, parece ter tido espaço para alimentar suas am-

bições, pois foi não só acolhido pelo poderoso soberano espanhol, como recebeu dele atenção inusitada mas não ingênua ou generosa: através de Cristóvão de Moura, português instalado em Castela e homem de confiança de Felipe II junto à corte portuguesa, foi o indicado para interceder por D. Antônio junto aos tios.

Os laços familiares que uniam o rei espanhol a D. Catarina e ao então regente D. Henrique e a oportunidade oferecida pela demanda de D. Antônio deram ao monarca a possibilidade de não só tratar os negócios dos dois reinos como assunto de família, mas também de atuar como ponto de equilíbrio e articulador político entre os dois reinos. Encontrava a brecha perfeita para interferir diretamente nas questões internas da corte portuguesa, agindo como um conselheiro generoso e magnânimo. A conta viria pouco tempo depois, como sabemos, embora fosse impossível prever, àquela altura, os desdobramentos das ambições do Prior do Crato.

Cartas do cardeal, da rainha e de D. Joana, mãe de D. Sebastião – esta vivendo na Espanha desde maio de 1554, pois deixou o filho a cargo dos avós com pouco menos de quatro meses de vida¹⁶ –, criticando a conduta de D. Antônio, sobretudo sua decisão de abandonar o sacerdócio, datam do início de 1566. D. Catarina escreveu ao sobrinho e rei de Castela em janeiro desse ano comprometendo-se a perdoar o Prior do Crato e a devolver seus rendimentos – suspensos para pagamento de dívidas – se D. Antônio recebesse as ordens de clérigo, atendendo à vontade do pai. Em junho Cristóvão de Moura obteve do cardeal renda vitalícia e aumentada, além do fim da pressão para que o Prior se ordenasse. Mas D. Henrique não consentiu em que o sobrinho mudasse de hábito, pois se não o obrigaria a avançar na carreira religiosa, tampouco permitia que abandonasse os votos já feitos.

Vitorioso, D. Antônio voltou a Portugal. Contrariadíssimo com a situação constrangedora a que se vira exposto, o cardeal o desterrou da corte, ordenando que se recolhesse ao priorado e cessasse as demandas.¹⁷ O Prior só voltaria à corte com a chegada de D. Sebastião ao trono, em 20 de janeiro de 1568. D. Antônio não participou da cerimônia de entronização do primo, mas logo se viu incluído entre seus indicados para cargos, escolha que, dentre outras, indicava o crescente afastamento do jovem rei das diretrizes de governo do cardeal e da rainha.

Os dois períodos de regência aprofundaram as divergências inconciliáveis entre D. Catarina e o cunhado, o que só agravou a divisão da nobreza e as tensões em torno do novo momento que se iniciava com o governo efetivo de D. Sebas-

tião. E não seria dessa vez que D. Antônio iria atender aos velhos tios. Se ao procurar Felipe II o Prior do Crato conseguiu a rara façanha de aproximar a rainha e o cardeal na luta contra suas reivindicações e contra o aumento de seus privilégios, com a ascensão do Desejado um novo momento de contrariedades teria início para os dois velhos regentes. Pela idade e pelas redes de poder consolidadas entre 1521, data do início do reinado de D. João III, e 1568, fim do período de regência, os principais postos do reino estavam entregues a grupos mais velhos que se veriam gradativamente substituídos pelos “novos amigos do rei”. Com a distância crescente do cardeal, não é de espantar que D. Sebastião elege-se entre seus homens de confiança exatamente D. Antônio, a essa altura com 37 anos e excluído das redes clientelares dos velhos regentes.

Sem que entremos aqui no debate sobre a decisão quase atávica do Desejado em passar à África para fazer guerra aos mouros, segundo seus muitos críticos a base do desastre que pôs a perder o rei e a soberania do reino em 1580, o fato é que desde a década de 1570 o monarca esteve cada vez mais atento e envolvido com a política do reino para a região. E D. Sebastião parece ter visto no Prior do Crato um possível servidor para a causa. Juntavam-se assim o desejo do rei e o antigo sonho de D. Antônio de fazer-se cavaleiro como o pai, que servira em Túnis em 1535. Tal como o filho, D. Luís, então Condestável do reino, juntou-se às tropas de Carlos V sem autorização do irmão e rei D. João III. Constrangido pela situação, o monarca foi obrigado a enviar expedição para a jornada não programada, da qual participou, ainda menino, Luís de Camões (ver Buescu, 2005, p.166). Quando em julho de 1574 o Prior foi nomeado governador de Tânger, o cardeal deixou Lisboa e recolheu-se no mosteiro de Alcobaça, em sinal de reprovação à escolha do Prior. A decisão de D. Sebastião, aliás, acirrou também o ressentimento de D. Duarte, antes preferido do regente, agora preterido pelo rei, na disputa particular que havia muito travava com o primo bastardo.

A escolha de D. Antônio deu-se, em tese, pelo conhecimento já acumulado em visita anterior ao Norte da África. Em 1571 o Prior esteve em Tânger, sem autorização régia e livre dos votos – dos quais teria sido liberado por autorização papal, em mais uma das muitas questões carentes de investigação¹⁸ –, para imenso desgosto do tio religioso. Não é certo o tempo que passou por lá, mas em fins de 1573 estava ao lado de D. Sebastião em Santarém; meses depois voltou à África, agora nomeado governador.

Estudioso das jornadas ao Norte da África que precederam Alcácer Quibir, Sales Loureiro afirma ter sido a ida de D. Antônio para Tânger uma espé-

cie de preâmbulo da primeira viagem de D. Sebastião à região, em agosto de 1574. Passando pelo Algarve, o Desejado chegou a Ceuta pouco mais de um mês depois de D. Antônio ter aportado em Tânger. A partida do Prior do Crato teve preparativos militares, e dentre outras providências foram convocados homens para o acompanhar na empreitada, cujo objetivo era completar “mil lanças de cavalo, e com ellas pessoas de estado e muita qualidade”. O recrutamento não alcançou o número esperado e D. Antônio partiu com um conjunto de “Instruções” gerais e particulares, pelas quais deveria seguir a orientação de um Conselho e observar as limitações de poderes determinadas por D. Sebastião.

Aspecto ainda pouco explorado dessa passagem da conturbada trajetória de D. Antônio é a carta enviada a Felipe II dando conta da nomeação e da incumbência secreta que recebera de D. Sebastião. Em 14 de maio de 1574 escreveu ao rei espanhol informando sobre sua partida e objetivos da viagem. Pode-se imaginar que o fazia em sinal de agradecimento ao empenho do primo para livrá-lo do serviço religioso, pois declarou que o rei agora o queria em “actos de guerra a que s’epre fui mais afeiçoado que ao abito e q Sua^a dâtes quiria q o Sirvirse”, mas é impossível não registrar a traição a D. Sebastião e a suas recomendações de sigilo.¹⁹ De todo modo, o Desejado parece nunca ter confiado completamente no primo: a nomeação de um Conselho para assessorá-lo em Tânger e os limites impostos à sua atuação bem demonstram a reserva com que sempre agiu com D. Antônio.

A aventura foi curta: em fins de outubro o ex-governador aportou no reino acompanhando o rei, que iniciara sua primeira viagem ao Norte da África em 17 de agosto de 1574, passando por Ceuta e depois por Tânger, onde encontrou D. Antônio e o trouxe de volta. Ocupou o cargo por pouco mais de três meses e foi substituído por D. Duarte de Menezes, a quem a nomeação de D. Antônio havia desagradado pela antiguidade do posto exercido por seu pai e avô. Sabe-se pouco de mais essa desastrada “missão” de D. Antônio, e Sales Loureiro afirma terem sido sua inabilidade e a fraca determinação militar os motivos da decisão intempestiva de D. Sebastião em partir para o Norte da África, para aflição de sua avó e do velho e cansado cardeal. A considerarmos que o rei não via o primo com a confiança necessária para a tarefa, fica ainda por entender melhor mais esse momento da relação dos dois e o sentido dessa etapa na decisão final de D. Sebastião em partir para a África.

Mais uma vez contrariado, D. Antônio ficou estremecido com D. Sebastião, de quem recebera favores impensáveis durante o governo do cardeal.

Como já mencionei, não é fácil saber o que levou o rei a nomear o primo para tão importante missão, pois àquela altura a intenção de D. Sebastião ir à África era quase fato consumado. Sales Loureiro especula que a escolha poderia ter tido o objetivo de agradar Felipe II – até então uma espécie de aliado do primo bastardo – e desagradar o cardeal, com quem já não se entendia e a quem não hesitava em contestar publicamente. Seja como for, a escolha criou novos problemas e expôs D. Antônio a mais uma situação desconfortável e frágil na economia política de favores e prestígio da vida na corte (Loureiro, 1989, p.163).²⁰

Depois de 1574 e nos anos que antecederam a expedição ao Marrocos, só voltamos a encontrar D. Antônio no dia da partida para a empreitada africana, mais uma vez aborrecido com o rei, que o teria tratado mal na véspera. Suscetível e sempre ressentido, ficou no Tejo junto ao duque de Aveiro, seu amigo íntimo, e, coincidência ou não, junto à frota do duque de Bragança, que aguardava a chegada do novo herdeiro, o jovem duque de Barcelos. Depois da morte de D. Duarte,²¹ concorrente de longa data, em 1576, D. Antônio deve ter imaginado que sua vida na corte seria facilitada, mas o vemos partindo para Alcácer Quibir sem nenhum cargo de destaque. Esse hiato, aliás, como tantos outros momentos da trajetória de D. Antônio na corte, ainda merece atenção. O ano de 1576 foi decisivo sob diversos aspectos: a questão sucessória no Marrocos abriu a crise a partir da qual D. Sebastião decidiu preparar a desastrada batalha; em dezembro o rei português foi ao encontro do tio castelhano em Guadalupe, onde acreditou ter obtido ajuda espanhola para a empreitada marroquina. Tratou também do possível contrato matrimonial com a filha mais velha do Rei Católico, Isabel Clara Eugênia, sobre o que Felipe II prometeu decidir depois de Alcácer Quibir.²²

Não sabemos por onde andava D. Antônio durante esse período dos preparativos para a batalha, pois o reencontramos no cais do Tejo. Mais uma vez aborrecido e ressentido. Mas, se pensou ter chegado finalmente a oportunidade de mostrar suas qualidades guerreiras, outra vez saiu frustrado: ferido e preso pelos mouros, teria sido resgatado graças ao cavaleiro Gaspar da Grã e à ajuda obtida com o judeu Abrãao Gibre, possivelmente favorecido por D. Antônio nos poucos meses em que o Prior governou Tânger. A grande contradição do resgate de D. Antônio foi a libertação ter sido facilitada pelo hábito de Malta que trazia por baixo das roupas miseráveis de prisioneiro. Gaspar da Grã, também cativo, convenceu o inimigo de que a insígnia indicava ser o Prior pároco de uma igreja rendosa, cujo benefício se extinguiria no final do

ano, com a substituição do religioso, o que apressou os termos do resgate. Em 12 de outubro de 1578 D. Antônio desembarcou a salvo em Lisboa (Velloso, 1945, p.411). Talvez o cardeal acreditasse já ter passado por todos os dissabores com o sobrinho insubordinado, mas nem em seus piores pesadelos poderia imaginar o que ainda estava por vir.

UM BASTARDO NO TRONO

A partir desse momento, teve início uma nova e decisiva etapa na já conturbada vida do Prior do Crato. Como vimos na epígrafe, no ano seguinte a Alcácer Quibir D. Antônio estava mais uma vez rompido com o cardeal D. Henrique, desterrado de Lisboa e decidido a enfrentar o primo que o acolhera em 1565, o poderoso Felipe II. Com a morte do cardeal em 30 de janeiro de 1580 e a questão sucessória ainda em suspenso – D. Henrique tinha na duquesa de Bragança sua preferida, mas não conseguiu apoio junto à nobreza, havia muito aliciada por Felipe II, e jamais admitira a hipótese dos direitos de D. Antônio –, o reino foi entregue a uma Junta de Governadores.²³ Vale dizer que desde setembro de 1579, por falta de alternativa e para evitar que Portugal fosse militarmente invadido pelas tropas de Felipe II, o cardeal parece ter cogitado, ou viu-se instado a considerar a candidatura do rei espanhol. Hesitação ou resistência à subordinação da Coroa portuguesa a Castela, o fato é que o cardeal morreu sem oficialmente reconhecê-lo como herdeiro, deixando o reino quase à deriva, ao sabor das forças em confronto.

Como fez com os mais altos escalões da nobreza e do clero,²⁴ Felipe II tentou negociar a adesão ao trono português com os principais pretendentes da Coroa portuguesa, D. Catarina de Bragança e D. Antônio. Cristóvão de Moura desde fins de 1578 tentara dissuadir D. Antônio de participar da disputa sucessória, para o que relembrou as muitas obrigações que devia ao primo – nas dificuldades com D. Catarina e com o cardeal, além da ação junto a Roma para a dispensa das ordens de diácono –, mas o Prior insistiu em seus direitos, embora alegasse que, caso não conseguisse seu intento, serviria a Felipe II. Ao longo de 1579, no entanto, as posições se confrontaram irremediavelmente, sobretudo depois da entrevista com Moura, em junho, quando D. Antônio manteve a recusa de qualquer acordo para desistir da sucessão. Em outubro, vendo-se valorizado pelos apelos do rei espanhol, voltou a fazer exigências para abdicar de seu “direito”: pediu renda vitalícia e hereditária e

queria ser governador perpétuo de Portugal. Finalizava com tom de ultimato: estava nas mãos de Felipe II a paz ou a guerra para o fim do impasse. Fica mais uma vez evidente a força de D. Antônio na gramática política do cenário sucessório.²⁵

Depois de janeiro de 1580 e com as tropas espanholas já à porta, o Prior do Crato se proclamou D. Antônio I de Portugal em Santarém, em 19 de junho de 1580. No final do mesmo mês, as forças castelhanas comandadas pelo duque de Alba invadiram o reino e em 25 de agosto, na batalha de Alcântara, D. Antônio foi ferido e derrotado. A partir daí, teve início a misteriosa fuga do Prior do Crato pelo norte do país, surpreendente e bem sucedida: D. Antônio jamais foi preso pelas temidas tropas do duque. Incansável, passou pela Inglaterra e pela França até decidir estabelecer-se nos Açores em 1581, para então voltar a Portugal. Em 1583, porém, a aventura antonista nas Ilhas Atlânticas foi encerrada, com a definitiva vitória de Felipe II. Em 1589 o último suspiro da empreitada deu-se com a armada inglesa liderada por *sir* Francis Drake, também fracassada. Da Inglaterra, onde se instalou em 1585, partiu para Paris, local de sua morte em 1595.

A meteórica carreira monárquica do Prior do Crato, aqui resumida com a brevidade de sua ascensão e queda, foi o que conferiu a D. Antônio o protagonismo tão almejado ao longo das duas décadas anteriores. Ao postular o trono, mais uma vez teve de enfrentar o velho tio, agora em contexto de absoluta exaustão da paciência do cardeal. Tendo na bastardia o principal entrave para participar “oficialmente” da disputa, procurou de todas as formas limpar a mácula da ilegitimidade, como já vimos, não necessariamente impeditiva em outros momentos e contextos. D. Antônio concentrou seus esforços na tentativa de comprovação do casamento de seu pai, o infante D. Luís, com Violante Gomes, e esse é um capítulo à parte de sua trajetória, sobre o qual ainda temos muito a saber. A respeito da importância assumida pela questão entre 1578 e 1580, vale mencionar a investigação comandada pelo rei espanhol em arquivos portugueses, onde mandou copiar, entre outros, o testamento do infante D. Luís, depositado na Torre do Tombo. As provas que procurou reunir para inviabilizar a candidatura de D. Antônio demonstram o quanto a legitimidade poderia ameaçar suas pretensões. Felipe II montou verdadeiro dossiê sobre o tema, hoje mantido nos Arquivos da Casa de Alba, em Madri.²⁶ Na Caja 117 encontramos o que foi chamado “Proceso original sobre la legitimidad del Prior de Crato y otros papeles

referentes a la sucesión en Portugal”, com documentos de 1579 e 1580, a demonstrar a importância concedida à matéria pelo rei espanhol.²⁷ Pelo que os documentos espanhóis nos permitem perceber, as pretensões de D. Antônio não foram tratadas como as de um simples aventureiro, mas de alguém capaz de atrapalhar os projetos de Felipe II.

A questão da legitimidade do Prior do Crato, em discussão desde a volta do Prior do cativo em África, indisputou também o cardeal com o papa, Gregório XIII. Ao declarar ilegítimo o sobrinho – “declaramos o dito D. Antônio meu sobrinho por não legítimo, antes ilegítimo o pretense matrimônio e legitimidade” –, D. Henrique teria ultrapassado a autorização recebida apenas para indicar testemunhas e preparar os autos, a serem enviados “cerrados e selados” para a decisão do Sumo Pontífice. O velho rei teve sua decisão anulada, o que indica a capacidade política de D. Antônio fazer chegar seu pleito a Roma, apesar de toda a pressão de Felipe II junto ao papado para fazer valer seus direitos à Coroa.²⁸

D. Antônio continuava em forma na arte de desagradar e intrigar autoridades das mais altas esferas, no caso, os reis ibéricos e o papa! O que estava em jogo era a sucessão de um reino valioso no xadrez político e religioso da época, em tempo de guerras de religião e de afirmação do poder de Felipe II como cabeça da cristandade. Único a desafiar frontalmente Felipe II, D. Antônio parece ter apressado a decisão militar do rei espanhol em invadir Portugal quando se proclamou rei em Santarém, e foi inimigo capaz de mobilizar inteligência e força militar liderada pelo temido duque de Alba.²⁹

Foi, portanto, nosso personagem figura de primeiro plano da vida política e cultural de sua época, agregando partidários e fomentando inimigos por onde passasse. A fidalguia, a vida na corte, a proximidade com os monarcas e os privilégios de que desfrutou parecem ter sido sempre pouco para D. Antônio. Ambicioso, ressentia-se da posição intermediária que ocupava no paço, embora para a época fosse prestigiosa, e não hesitava em demonstrar seu descontentamento ou em reivindicar direitos dos quais se achava merecedor, direitos sempre crescentes, acreditava, para o qual só o trono era o limite. Mas não bastasse a conturbada trajetória política, sua vida pessoal foi não menos intensa, do que deram mostra os 6 a 8 filhos que teve, todos bastardos como ele. Alguns destes deram seguimento às pretensões de realeza do pai, ou pagaram caro por elas, como as filhas feitas prisioneiras em Espanha enquanto

Felipe II tentava prender D. Antônio, possivelmente protegido por religiosos dos conventos onde se abrigou enquanto fugia.³⁰

Muitos são, portanto, os aspectos passíveis de análise na vida de D. Antônio. Desde sua origem cristã-nova e sua educação religiosa, passando pela relação com o pai e com D. João III, as desavenças com D. Catarina e o cardeal durante a minoridade de D. Sebastião e a aproximação com Felipe II. Na corte do Desejado teve presença oscilante entre o reconhecimento e o ostracismo, e em Alcácer Quibir flertou com a imagem heroica pela qual parece ter sempre ansiado. A aventura monárquica foi o auge de uma trajetória peculiar, tanto pela grandeza do projeto como pelos seguidores que conseguiu reunir, do que dão provas a vasta correspondência hoje guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.³¹ O debate jurídico acerca de sua legitimidade é outro campo vasto de investigação, bem como as aventadas relações com as rainhas Elizabeth I e Catarina de Médicis em busca de suporte político e militar contra Felipe II. Com a candidatura de D. Antônio e a dificuldade sobre a comprovação da legitimidade, reaparece no debate político o tema da “eleição” do monarca português, argumento que teve adeptos importantes no caso do Prior do Crato, a exemplo dos argumentos do frei José Teixeira sobre a origem popular do poder.³² A efêmera “realeza” nos Açores, a relação com os filhos, as misteriosas mães de seus herdeiros e o exílio abrem outras frentes de problemas, alguns talvez insolúveis.

Morto aos 64 anos, idade avançada para a época e para as precárias condições em que parece ter falecido em Paris, D. Antônio desafiou os limites impostos pela condição de infante bastardo. As relações feitas na corte, e através dela, deram-lhe posição privilegiada em diversos momentos da história ibérica de seu tempo, sobre os quais ainda há muito a saber. Portanto, creio que o interesse pela trajetória de D. Antônio não se restringe à história do personagem, por si mesma instigante e intrigante em diversos aspectos, mas pelo quanto ela pode revelar das injunções políticas e culturais da época. Sua passagem pela corte portuguesa em momento tão delicado e tenso pode nos ajudar a conhecer alguns de seus meandros e das representações do poder e dos debates acerca da legitimidade da sucessão real. Não bastassem suas singularidades, a resistência antonista teve um concorrente de peso e imprevisito: o sebastianismo, a crença surgida em meio à disputa sucessória, a qual terminou mesmo por vencer o Prior do Crato, no tempo e no espaço, para

não falar dos que lhe foram próximos, como D. João de Castro e do frei Miguel dos Santos, cooptados pela crença sebástica por desilusão com um rei sem trono ou perseguidos pelos castelhanos.³³ São muitas, portanto, as questões atravessadas pela ambição de D. Antônio e pelos desdobramentos da causa que ultrapassou os limites do reino e envolveu soberanos de várias monarquias europeias.

UM ESBOÇO HISTORIOGRÁFICO

A trajetória de D. Antônio na corte portuguesa entre os anos de 1560 e 1580 ainda é pouco conhecida e estudada, e o rápido esboço aqui apresentado pretendeu analisar, por fragmentos esparsos, a tumultuada presença do Prior do Crato em alguns dos principais cenários da política ibérica da época. Talvez por presenciar tão próxima e ativamente as grandes decisões tomadas nas duas cortes, achou-se autorizado a reivindicar o posto mais alto da hierarquia portuguesa, e por mais que suas ambições possam ser entendidas a partir de uma personalidade singular e complexa, para dizer o mínimo, D. Antônio preocupou e incomodou as maiores autoridades ibéricas, e delas recebeu tratamento especial e adequado aos grandes fidalgos de seu tempo. Nessa perspectiva, o protagonismo alcançado depois da apresentação de sua candidatura à disputa sucessória pode ser visto de um ângulo novo e capaz de, ao menos, problematizar as interpretações que o tomaram ora como um adendo quase anedótico e sem peso na política da época, ora como representante intrépido da nacionalidade lusa, patriota *avant la lettre*, cuja luta simbolizou a resistência heroica, melancólica e derrotada diante dos espanhóis.

A maioria dos trabalhos já produzidos sobre D. Antônio concentrou-se na efêmera realeza do Prior do Crato. Além dessa fase, é vasta a lista de referências bibliográficas sobre ele, com destaque para o grande número de textos produzidos entre fins do século XIX e início do XX.³⁴ Mas foi sobretudo entre 1930 e 1950 que os mais citados e completos estudos sobre D. Antônio foram publicados, até hoje referências obrigatórias sobre o personagem e sua empresa monárquica. Se entre o final do século XIX e o início do XX a transição da monarquia para a República pode ter motivado o interesse pelo Prior do Crato, a indicar o apego nostálgico do regime que se encerrava – retomada semelhante àquela experimentada pelo sebastianismo –, em meados do século XX

talvez o fervor nacionalista e seus impasses ajudem-nos a compreender a valorização da luta e dos projetos de D. Antônio pelos portugueses.

Como seria impossível elencar toda a bibliografia até o momento localizada, tarefa talvez inesgotável pela copiosa menção a documentos e publicações espalhados por arquivos da França, da Inglaterra e da Holanda, para não falar, claro, de Portugal e dos arquivos espanhóis,³⁵ apresento apenas as obras de referência sobre o tema, de forma a indicar como D. Antônio e sua “corte” foram tratados pela historiografia hoje considerada clássica.

Mário Brandão publicou em 1939 *Coimbra e D. Antônio Rei de Portugal*,³⁶ em cujo primeiro volume, dedicado à educação de D. Antônio, faz uma análise detalhada e minuciosa dos primeiros anos de estudo do futuro Prior, destacando sua inteligência, a pouca inclinação pela vida monástica e o apreço pela caça e pelas corridas de touro. O autor deu continuidade à pesquisa sobre o período publicando mais dois volumes de documentos, imprescindíveis para o estudo da vida de D. Antônio, claramente enviesados pela defesa do personagem.³⁷ Como tantos outros autores, considera o Prior do Crato rei de Portugal, o que já informa claramente a tomada de posição favorável àquele que jamais foi jurado rei português, senão por si mesmo e por alguns fiéis defensores.

Na década de 1940 dois trabalhos se destacam. Em 1942 o padre José de Castro publicou *O Prior do Crato*, um dos poucos trabalhos desse período que não trata o Prior como rei de Portugal. O autor procura destacar a importância de D. Antônio no contexto que levou à União Ibérica, e defende que “todos, amigos ou inimigos, censores ou engenheiros da sua estátua, concorrem para que D. Antônio seja a pessoa mais interessante do drama nacional que foi a perda da nossa independência”. Para o padre, que acompanha D. Antônio desde a luta pela legitimidade até sua morte solitária em Paris, o Prior do Crato foi “o porta-estandarte da liberdade da pátria”, merecendo por isso tempo e simpatia das gerações futuras. Mas em que pese sua tomada de posição, é livro importante e bem documentado, com fontes do Arquivo Secreto do Vaticano.³⁸ Em 1947 Pedro Batalha Reis publicou *Numária d’El-Rei D. Antônio. Décimo oitavo rei de Portugal. O ídolo do povo*, cujo título fala por si da posição do autor. O estudo sobre as possíveis moedas cunhadas pelo rei bastardo foi possível graças ao contato do autor com o manuscrito da *Crônica de D. Antônio*, de Pedro de Frias, sobre a qual falarei adiante.³⁹

Na década de 1950 D. Antônio recebeu atenção de alguns dos maiores historiadores portugueses da época. José Maria de Queiroz Velloso publicou em 1953 *O Interregno dos governadores e o Breve Reinado de D. Antônio*. Velloso é autor de três dos mais completos trabalhos de pesquisa sobre o período, e o volume dedicado ao Prior do Crato completa a trilogia formada pela biografia de D. Sebastião, editada em 1935, e pelo estudo do reinado do cardeal D. Henrique, publicado em 1946.⁴⁰ O autor propõe uma análise da ação política do Prior do Crato baseada em farta documentação, embora, como nos casos das obras sobre D. Sebastião e o cardeal, seu enfoque seja o da usurpação espanhola, em que pesem suas inúmeras indicações sobre as negociações dos enviados espanhóis com membros importantes da nobreza portuguesa. O historiador examina a farta correspondência entre o português a serviço de Felipe II, Cristóvão de Moura, e o rei espanhol, demonstrando o aliciamento de boa parte da nobreza para o projeto de anexação das duas Coroas, do qual a própria duquesa de Bragança, ao ver inviabilizadas suas pretensões, também participou (Velloso, 1946, p.259-269).

O caminho aberto por Queiroz Velloso de uma transição pactuada entre parte da nobreza e o rei espanhol veio a ser aprofundada pelo historiador espanhol Fernando Bouza Alvarez em 1987, cuja tese sobre o caráter negociado da incorporação de Portugal à monarquia hispânica atualizou a análise através de estudo sobre a dinâmica própria à sociedade de corte da época. Com base nas questões abertas pela chamada nova história política, combinada aos desdobramentos da história cultural em perspectiva antropológica, Bouza Alvarez analisou a política de agenciamentos implementada por Felipe II como parte da lógica da política e do exercício do poder no tempo de conformação da União Ibérica.⁴¹ Embora a noção de “acordo” esteja presente nos trabalhos de Queiroz Velloso e de Bouza Alvarez, os sentidos atribuídos às ações dos envolvidos podem ser lidos de maneira bastante diversa nos dois autores, diferença também importante para o estudo das aderências e resistências ao projeto da realeza antonista.

Grande parte da novidade documental e analítica da obra de Queiroz Velloso deveu-se à utilização de fontes espanholas para o estudo dos três períodos. Em *O Arquivo Geral de Simancas. Sua importância capital para a história portuguesa*,⁴² editado em 1923, o autor já destacava a importância desse acervo para o conhecimento da política dos Habsburgo em Portugal e as anti-

gas pretensões de anexação de Portugal à Coroa espanhola, desde o tempo de Carlos V.

Dois anos depois, em 1955, foi publicada por Mario Alberto Nunes Costa a *Crônica del-rei D. António*, atribuída a Pedro de Frias, contemporâneo dos acontecimentos do final do século XVI e seguidor de D. António no arquipélago dos Açores. Uma cópia manuscrita da crônica foi localizada em Bruxelas e comprada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo em 1934. A crônica, atribuída a um dos aderentes da realza antonista, é documento precioso sobre a empresa nos Açores e fornece informações acerca da procedência e diversidade do grupo que seguiu o Prior do Crato, além de ser fonte importante sobre a terminologia política da época. Não deixa de chamar atenção a coincidência do nome com o frei citado por João Lúcio de Azevedo, autor de umas *Coplas de frei Pedro de Frias*, surgidas em Valência, Espanha, em 1520. Estas seriam glosas em rima popular de textos proféticos atribuídos a Santo Isidoro de Sevilha, que provavelmente circulavam no reino hispânico antes mesmo do aparecimento das trovas do sapateiro Gonçalo Annes Bandarra. Processado pela Inquisição, Bandarra foi considerado por um ex-antonista, D. João de Castro, *profeta* do sebastianismo.⁴³ Em uma das notas da *Crônica* sobre D. António, aqui referida, há menção ao autor como frei, tornando ainda mais instigante a relação entre a publicação das coplas proféticas e a adesão posterior ao antonismo. Outro aspecto a considerar são as correções feitas no original, ou melhor, exclusões de trechos dados à credence e ao maravilhoso no texto de Pedro de Frias. A confirmarem-se essas suspeitas, veríamos nesse cronista trajetória inversa daquela experimentada por D. João de Castro, que depois de defender o Prior do Crato e se desiludir com ele, escreveu a primeira história da vida de D. Sebastião, incluindo aspectos sagrados para explicar a sobrevivência do rei depois de Alcácer Quibir.⁴⁴

Em 1956 Joaquim Veríssimo Serrão publicou *O reinado de D. António Prior do Crato*, trabalho defendido como tese de doutorado na Universidade de Coimbra.⁴⁵ Trabalho monumental e primeiro de uma trilogia inacabada sobre o personagem, a obra é insuperável sobre o breve e agitado período decorrido entre a aclamação em Santarém, em junho de 1580, e a véspera da batalha de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, nos Açores, em 1582. Além da alentada pesquisa que acompanha quase diariamente os passos de D. António e de vários de seus auxiliares diretos, a obra inclui um valioso apên-

dice documental e o itinerário do Prior entre junho de 1580 e junho de 1582. As quase setecentas páginas dedicadas a tão curto período confirmam a riqueza do tema e suas muitas e complexas implicações no cenário político e cultural da época.

O valor historiográfico e documental da obra não oculta, entretanto, uma clara tomada de partido, pois embora o autor ressalte não se tratar de um panegírico, o desafio foi retomar “os dados de um problema histórico para se concluir pelo enaltecimento de uma figura que – medidas as suas valorosas qualidades em contraste com os defeitos de que mostrou patente testemunho – parece ter jus ao preito reconhecido dos portugueses”. Serrão valoriza também a importância da publicação de fontes do período para o desenvolvimento de seu trabalho, a exemplo do *Memorial*, de Pero Roiz Soares, do qual extraímos a epígrafe deste texto, e da *Crônica de Pedro de Frias*, já mencionada. Nesse mesmo ano, Mário Alberto Nunes Costa, mesmo editor da *Crônica*, publicou *Os Arquivos del-Rei D. Antônio e de seus servidores*, verdadeiro catálogo que mapeia a correspondência trocada entre o Prior do Crato e seus servidores e descendentes, hoje depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e adquirida na mesma operação que trouxe o texto de Pedro de Frias a Portugal.⁴⁶ Parece não restar dúvida sobre a importância assumida pelo tema na década de 1950 em Portugal.⁴⁷

A partir da década de 1970 vários estudos dedicaram-se a aspectos mais pontuais da trajetória de D. Antônio ou propuseram ensaios bibliográficos, mas há muito não temos novos estudos de síntese sobre o Prior do Crato.⁴⁸ Pelo que segue indicado neste texto, é possível vislumbrar a vastidão de temas, questões e personagens envolvidos na emaranhada trama da aventura antonista, capaz de unir a macro-história europeia e o percurso singular de homens e mulheres tanto nas mais altas esferas da nobreza, como das camadas populares. Este texto apresenta um breve balanço dessas possibilidades de análise e propõe alguns desdobramentos das variadas questões irradiadas a partir da história pessoal e política do bastardo candidato a rei de Portugal.

NOTAS

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica do Brasil, CNPq. O título de “indesejado” tomei de empréstimo da peça teatral de Jorge de Sena, *O indesejado*, sobre a tragédia, nas palavras do autor, da desventura de D. Antônio. Escrita

entre 1944 e 1945, a primeira edição saiu em 1951. Agradeço a Andréa Doré as observações e sugestões feitas à primeira versão deste texto.

² ALMEIDA, M. Lopes (Ed.). *Memorial de Pero de Roiz Soares*. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Acta da Universitatis Conimbricensis. Coimbra, 1953, cap. 51, p.123. A grafia foi atualizada.

³ Além de Felipe II, neto de D. Manuel I, por parte da mãe, a imperatriz e rainha de Espanha D. Isabel de Portugal (1503-1539); da duquesa de Bragança, D. Catarina, também neta do Venturoso por via paterna, pois filha de D. Duarte (1515-1540), e de D. Antônio, neto de D. Manuel e filho natural de D. Luís (1506-1555), apresentaram credenciais para a sucessão o duque de Saboia, Manuel Felisberto, filho da infanta D. Beatriz (1504-1538), e do duque de Saboia, Carlos III, e Rainúncio Farnese, este bisneto de D. Manuel, filho do príncipe de Parma, Alexandre Farnese e da infanta portuguesa D. Maria (1538-1577). Além destes, Catarina de Médicis chegou a reivindicar seus direitos, com base em remota ligação com o rei D. Afonso III, morto em 1279.

⁴ D. João de Castro aderiu à resistência de D. Antônio depois da batalha de Alcântara, travada em 25 de agosto de 1580, onde foi ferido. Deixou Portugal e participou da expedição aos Açores em 1582, mas se desiluiu com o rei e sua corte em 1583, quando abandonou o projeto antonista e voltou-se definitivamente para o sebastianismo. Sua admiração pelo sapateiro Bandarra, a quem considerava verdadeiro profeta, o fez publicar pela primeira vez (Paris, 1602) parte de suas trovas, com o título *Paráfrase e concordância de algumas profecias de Bandarra*. No ano seguinte reescreveu a biografia de D. Sebastião narrando como teria se dado a sobrevivência do rei depois da batalha, com o título *Discurso da vida do sempre bem-vindo e aparecido Rei Dom Sebastião Nosso Senhor Encoberto desde seu nascimento até o presente*. Envolveu-se posteriormente na conspiração do falso de Veneza, o calabrês Marco Túlio Catizzone, entre 1599 e 1603, na qual vários outros antonistas que viviam na Europa participaram. Frei Miguel dos Santos, orador das exéquias de D. Sebastião, era próximo ao cardeal D. Henrique, mas desde o início duvidou da morte de D. Sebastião. Depois de aderir a D. Antônio, foi desterrado de Portugal por ordem de Felipe II, transferido para um convento em Madrigal, perto de Valladolid, e parece ter sido o mentor do enredo do falso D. Sebastião de Madrigal, entre 1594 e 1595. A relação de Diogo Botelho, homem de confiança de D. Antônio, tanto com os Habsburgo como com o Brasil, para onde um nobre de mesmo nome foi nomeado governador entre 1602 e 1607, carece ainda de maior investigação. Houve mais de um Diogo Botelho, e para Serrão não há dúvida de que este Diogo Botelho seja o antigo aliado de D. Antônio, depois acolhido por Felipe II. Há, no entanto, vários indícios de ter sido o antonista tio deste Diogo quem veio para o Brasil, pois segundo documento 362 do *Inventário dos arquivos de D. Antônio e seus descendentes*, Diogo Botelho morreu em Paris, em 23 de março de 1607. Teria acompanhado o Prior do Crato na fuga do reino e resistido ao “grande e avantajado partido” dos inimigos do Prior. Cf. Panegírico à Memória de Diogo Botelho, falecido em 23 de março de 1607. Vale lembrar que em 1607 o governador de mesmo nome ainda estava no Brasil, o

que indica tratar-se possivelmente de um homônimo, problema bastante comum na época e flagelo dos historiadores. Para um resumo dos casos de D. João de Castro e dos falsos D. Sebastião, ver HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, cap. IV e V. Sobre Diogo Botelho e o governo do Brasil, ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, s.d. (Coleção Brasileira, v.336), p.83-120.

⁵ Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) foi um tridentino exemplar e rigoroso. Sua relação com o indisciplinado D. Antônio, de quem foi mestre, precisa ser mais bem conhecida. Para uma análise das diferentes posições dos bispos portugueses em meio aos debates sucessórios ver PAIVA, José Pedro. Bishops and politics: the portuguese episcopacy during the dynastic crises of 1580. In *e-JPH*, v.4, n.2, Winter 2006. Disponível em: www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph. Acesso em: 2 fev. 2009. D. Antônio foi apoiado pelo Bispo da Guarda, João de Portugal, não necessariamente por convicção sobre sua legitimidade na disputa, mas por haver, antes de 1578, se indisposto primeiro com o cardeal, e depois com Felipe II.

⁶ Este breve resumo baseou-se em SILVA, Antônio Caetano da. *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo III, Livro IV. Coimbra: Atlântica Livraria Editora, 1737, p.216; BRANDÃO, Mário. *Coimbra e D. Antônio Rei de Portugal*, 1939. v.I: A educação de D. Antônio, discorda de Caetano de Sousa e entra em minúcias documentais para rever esse período de formação do futuro Prior do Crato, polêmica na qual não entraremos no momento. Apesar das divergências, ambos referem a resistência do então jovem fidalgo à vida religiosa, questão central para a análise aqui proposta.

⁷ Apud D'ANDRADA, Francisco. *Crónica do Muyto Alto e muito poderoso Rey destes Reynos de Portugal dom João o III deste nome*, 1603. In: CASTRO, José de. *O Prior do Crato*. Lisboa: União Gráfica, 1942, p.13.

⁸ Segundo Antônio Caetano de Sousa, a Casa do Infante D. Luís reunia 632 servidores em 1555, a demonstrar sua importância e riqueza. Cf. SILVA, p.212.

⁹ Cf. BUESCU, Ana Isabel. *D. João III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p.286.

¹⁰ Filho bastardo de D. Pedro I e de uma dama galega, foi destinado ao mestrado da Ordem de Avis ainda na infância e tornou-se um dos senhores mais ricos de Portugal. Com a crise sucessória de 1383, enfrentou e derrotou D. João de Castela na batalha de Aljubarrota. Foi aclamado rei em 1385 e deu início à dinastia de Avis. Sua imagem foi atrelada à de Messias de Lisboa e sua “escolha” apoiou-se na tese do direito do povo de eleger seu soberano, resgatada séculos depois pelos defensores do direito de D. Antônio. Ver a respeito VENTURA, Margarida Garcez. *Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política*. Lisboa: Cosmos, 1992. A dinastia de Bragança, que assumiu a monarquia com a Restauração em 1640, também teve origem bastarda: a Casa surgiu com o casamento do infante D. Afonso, filho bastardo de D. João I, com D. Brites Pereira, única filha de Nuno Álvares Pereira.

Pelo casamento a filha recebeu uma grande quantidade de terras, quintas e castelos e D. João dutou igualmente o filho de vasta propriedade. A Casa teve seus bens aumentados nos anos seguinte através de mercês régias e outros privilégios, e em meados do século XV, quando enfrentou dificuldade no reinado de D. João II, até ser reabilitada por D. Manuel I. A casa ducal voltou a crescer a com o tempo teve sua origem bastarda “diluída tornando-se a raiz da realeza portuguesa perdida com a União Ibérica”. Cf. SERRÃO, Joel. *Pequeno Dicionário da História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1987, p.112-113.

¹¹ D. João III morreu em 11 de junho de 1557 e D. Catarina assumiu a regência em 14 de junho. D. Sebastião foi aclamado rei dois dias depois. O cardeal assumiu a regência em 23 de dezembro de 1562, e ocupou-a até a maioridade de D. Sebastião, em 20 de janeiro de 1568.

¹² São várias as especulações sobre os motivos de tão grave e sentida ausência, talvez a mais importante a pressão que sofria do irmão, ninguém menos que o imperador Carlos V, para que seu outro neto, D. Carlos, primogênito do príncipe Felipe, fosse jurado rei de Portugal. Ver a respeito BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p.322-324.

¹³ Filho do infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança, perdeu o pai em 1540 e passou a disputar na corte favores e privilégios com D. Antônio, até morrer na África em 1576. Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. (Coleção de Reis Portugueses). Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.37.

¹⁴ Os outros dois foram o duque de Bragança e o duque de Aveiro. Cf. VELLOSO, J. M. Queiroz. *D. Sebastião*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. 3.ed. revista e aumentada, 1945, p.64.

¹⁵ D. Antônio pretendia ocupar o lugar vago com a transferência do cardeal D. Henrique de Évora para Lisboa em 21 de junho de 1564, mas foi nomeado D. João de Melo e Castro, que assumiu no dia da saída do cardeal e manteve-se no arcebispado até 5 de agosto de 1574. Nessa data D. Henrique mais uma vez voltou ao cargo, no qual permaneceu até 7 de dezembro de 1578. Cf. PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e o Império - 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p.580.

¹⁶ A decisão de abandonar o filho e voltar a Castela em cumprimento à ordem do pai, o imperador Carlos V, foi objeto de muita discussão e reprovação, até mesmo por parte dos reis de Portugal. D. Joana foi convocada para governar os reinos hispânicos no lugar do Príncipe Felipe, que em janeiro de 1554 casou-se com Maria Tudor e deslocou-se para a Inglaterra. A Princesa cogitou voltar ao reino para assumir a regência na minoridade de D. Sebastião, no que foi desaconselhada pelo pai. O imperador tinha como certo o direito do outro neto, D. Carlos, filho de Felipe, ao trono português. Para uma análise dos debates sobre a volta de D. Joana a Castela, ver BAÑOS-GARCÍA, Antonio Villacorta. *La Jesuita: Juana de Austria*. Barcelona: Ariel, 2005, p.198-201.

¹⁷ Para este breve resumo, ver VELLOSO, 1945, p.71-74. Sobre a intervenção de Felipe II a

favor de D. Antônio ver também DANVILA Y BURGUERO, Alfonso. *Felipe II y el-rey don Sebastián de Portugal*. Madrid: Espasa-Calpe, 1954, p.147 ss.

¹⁸ Cf. Carta de Juan de Borja a Felipe II de 13 de fevereiro de 1571, apud CRUZ, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.227.

¹⁹ Arquivo Geral de Simancas, Secretaria de Estado, Legajo 392, f.131. Apud LOUREIRO, Francisco Sales. *D. Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Alfa, 1989, p.157.

²⁰ Sobre a decisão de D. Sebastião ir à África, e sobre a escolha de D. Antônio para Tânger, ver LOUREIRO, 1989, p.162.

²¹ D. Duarte morreu em 28 de novembro de 1576, depois de meses doente. Segundo na linha sucessória depois do cardeal, morreu solteiro, aos 35 anos, em mais uma estranha carreira de celibatários portugueses. CRUZ, 2006, p.252.

²² Para um resumo da política marroquina no período ver HERMANN, 1998, p.107 ss.; CRUZ, 2006, p.245 ss.

²³ A Junta de Governadores nomeada pelo Cardel foi composta por D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, D. João de Mascarenhas, vedor da Fazenda, Francisco de Sá de Meneses, camareiro-mor do rei falecido, Diogo Lopes de Sousa, governador da Casa Cível, e D. João de Telo Meneses, antigo embaixador de Roma. Cf. VELLOSO, J. M. Queiroz. *O interregno dos governadores e o breve reinado de D. Antônio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, (Subsídios para a História Portuguesa, v.3), 1953, p.3.

²⁴ Para uma análise das negociações com os bispos portugueses ver PAIVA, 2006.

²⁵ Sobre as negociações de Felipe II com D. Antônio ver VELLOSO, J. M. Queiroz. *O Reinado do Cardeal D. Henrique: a perda da independência*. v.I. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, esp. cap. VII, p.245-279.

²⁶ A comprovar a importância deste assunto para Felipe II, há vasta documentação depositada no Archivo de los Duques de Alba, em Madri, caixas 115, 116 e 117. Para um resumo dos debates jurídicos acerca da sucessão ver CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. v.3: No alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Ed. Estampa, 1993-1994.

²⁷ Há ainda o texto de um herdeiro do Duque de Alba, de 1925, no qual o tema é retomado: ALBA, Duque de (Fernando Alvarez de Toledo). *El proceso de ilegitimidad de D. Antonio, Prior do Crato y su resistencia contra Felipe II*: homenaje ofrecido a Menendez Pidal. Miscelânea de estudios lingüísticos, literarios e históricos. Madrid, 1925.

²⁸ VELLOSO, 1946, p.225-227. A sentença do cardeal foi promulgada em 28 de agosto de 1579. A resposta do papa ao cardeal foi o Breve de 7 de setembro de 1579.

²⁹ Interpretação mais recente contradiz essa relação entre a autoproclamação de D. Antônio e a decisão de Felipe II de ocupar militarmente Lisboa. Rafael Valladares, em *La conquista de Lisboa*, defende o caráter mais militar que negociado da “adesão” portuguesa à

União Ibérica. Questiona, portanto, a tese de Bouza Alvarez, hoje um tanto consensual, sobre o caráter *pactuado* da incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica. Parece, no entanto, tomar a parte pelo todo, pois estende a todo reino a “guerra” dos antonistas com Felipe II. Cf. VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008, p.27.

³⁰ Segundo Caetano de Sousa, D. Antônio teve 8 filhos, 4 homens e 4 mulheres, duas destas não identificadas. Os filhos homens foram D. Manuel de Portugal, D. Cristóvão de Portugal, D. Dinis de Portugal e D. João de Portugal; as mulheres identificadas foram D. Filipa de Portugal e D. Luiza de Portugal, ambas freiras e presas em conventos espanhóis durante a perseguição a D. Antônio. Cf. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Fernando Bouza Alvarez faz menção a D. Filipa e a sua tentativa de comunicar-se com o pai, “meu rei”, no texto Cartas, traças e sátiras. Política, cultura e representações no Portugal dos Filipes (1580-1668) cf. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Prefácio de Antônio Manuel Hespanha. Lisboa: Cosmos, 2000, p.21.

³¹ Cf. *Inventário dos arquivos de D. Antônio e seus descendentes*. ANTT.

³² Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, v.2.

³³ Ver nota 4. Os primeiros falsos D. Sebastião surgiram entre 1584 e 1585, pouco depois, portanto, do fim da aventura antonista nas ilhas atlânticas. O primeiro em Penamacor, fronteira com Espanha; o segundo na vila de Ericeira. Para um resumo dos dois casos ver HERMANN, 1998, cap. 4.

³⁴ Para citar apenas alguns exemplos, Camilo Castelo Branco reuniu anotações em seus *Estudos para a formação do livro D. Antônio e seus descendentes*, infelizmente não concluído. Destes, alguns foram publicados, como *D. Luís de Portugal, neto do Prior do Crato: quadro histórico, 1601-1660*. Porto: Livraria Civilização, 1883 (2.ed. 1896). Sousa Viterbo também se interessou pela família de D. Antônio, e publicou *As filhas do Prior do Crato. Nova Alvorada – Revista Mensal Litteraria e Scientifica*, Vila Nova de Famalicão: Typographia Minerva, n.4, VI anno, jul. 1896. Em 1897 publicou *O Prior do Crato e a invasão hespanhola de 1580*. Lisboa: Typographia Universal de Lisboa. Em 1897 saiu ARAÚJO, Joaquim de. *Dom Antônio, Prior do Crato: notas de bibliographia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Antônio de Faria, em 1910, publicou em português texto saído em Milão, “no intento de reabilitação histórica de D. Antônio”, em resposta às injustas análises de “Camilo Castelo Branco e tantos outros”, cf. FARIA, Antônio de. *D. Antônio, Prior do Crato, XVIII Rei de Portugal*. Bibliografia. Leorne: Typographia Raphaël Giusti, 1910.

³⁵ Com destaque para a Coleção de Documentos Inéditos da Biblioteca Nacional de Madri, do Archivo General de Simancas e da Casa do Duque de Alba.

³⁶ BRANDÃO, Mário. *Coimbra e D. Antônio Rei de Portugal: a educação de D. Antônio*. Coimbra, 1939.

³⁷ O segundo volume foi publicado em 1947 e cobre o período de 1558 a 1581; o terceiro, de 1947, reúne documentos de 1582 a 1598. O objetivo desses trabalhos foi discutir a “atitude assumida em Coimbra naquela grave emergência da vida da nação”, explicitando sua posição evidente de defesa de D. Antônio. Antes disso, em 1943, o autor publicou *Alguns documentos relativos a 1580*, todos editados pela Universidade de Coimbra.

³⁸ CASTRO, P. José de. *O Prior do Crato*. Lisboa: União Gráfica, 1942, p.8.

³⁹ REIS, Pedro Batalha. *Numária d'El-Rei D. Antônio. Décimo oitavo rei de Portugal. O ídolo do povo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1947.

⁴⁰ VELLOSO, 1953, 1945, e 1946. Antes, o autor publicou ainda *O Cardeal-Rei D. Henrique. Novos aspectos de sua história*, em 1930, e *A perda da independência: factores internos e externos que para ela contribuíram*, 1940.

⁴¹ Cf. ALVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal en la Monarquía Hispánica. (1580-1640): Felipe II, Las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*. 2v. Tesis (Doctoral) – Universidad Complutense de Madrid, 1987, e *Filipe I*. (Coleção Reis de Portugal). Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

⁴² VELLOSO, J. M. Queiroz. *O Arquivo Geral de Simancas: sua importância capital para a história portuguesa*. Discurso inaugural da 6ª secção do Congresso de Salamanca. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 1923. O autor indica, dentre outros, documentos sobre as negociações secretas entre a duquesa de Bragança – a preferida do cardeal para a sucessão portuguesa – e o rei de Espanha para a renúncia de seus direitos à Coroa; papéis referentes ao prior do Crato e toda a correspondência dos embaixadores espanhóis que serviram em Portugal no período filipino.

⁴³ Cf. AZEVEDO, João Lucio de. *A evolução do sebastianismo*. 3.ed. Lisboa: Ed. Estampa, 1984, p.18-19.

⁴⁴ Sobre a passagem de D. João de Castro do *antonismo* ao *sebastianismo* ver nota 5.

⁴⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O reinado de D. Antônio, Prior do Crato*. v.I (1580-1582). Coimbra, 1956.

⁴⁶ Os dois textos foram adquiridos pelo Estado português em 1934, e integravam as coleções compradas em Bruxelas, então sob guarda do conde de Liedekerke no castelo de Leefdael. Cf. COSTA, Mário Alberto Nunes. *Os Arquivos del-Rei D. Antônio e de seus servidores*. Introdução, inventário, catálogo e índices por Mário Alberto Nunes Costa. Coimbra, 1955. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v.XXII, p.1.

⁴⁷ Em 1965 Mário Domingues publicou *O Prior do Crato contra Filipe II: evocação histórica*. Lisboa: Livraria Romano Torres, 1965.

⁴⁸ Dentre os quais AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. *O Prior do Crato, Felipe II, de Espanha e o trono de Portugal: algumas notas bibliográficas (século XVI)*. Coimbra: Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v.XXXI, 1974; MENESES, Avelino Freitas de. *Os Açores e o domínio filipino (1580-1590)*. Angra do Heroísmo, 1987, 2v.;

FONSECA, Henrique Alexandre da. *O Prior do Crato e os Açores*. Lisboa: Academia de Marinha, 1995, em comemoração aos 400 anos da morte de D. Antônio; MARQUES, Guida. *L'activité de dom Antonio, prieur de Crato, en exil (1580-1595)*. Mémoire de Maitrise –Paris-I Sorbonne, 1996. Um dos aspectos discutidos pela autora e que contempla o Brasil está em *La dimension atlantique de l'opposition antonienne et l'enjeu brésilien (1580-1640)*. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa: Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, v.IV, 2003, p.213-246, e *L'Invention du Brésil entre deux monarchies: l'Amérique portugaise et l'union ibérique (1580-1640): un état de la question*. Lisboa: Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, v.VI, 2005, p.109-136.

Artigo recebido em maio de 2010. Aprovado em julho de 2010.